

Congresso motivado após as mudanças

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Para os críticos mais duros do Congresso, trata-se de uma crise de consciência. Para a maioria dos deputados e senadores, a resposta está na necessidade que sentiram de corresponder aos anseios da opinião pública e transmitir-lhe a certeza de que o Legislativo, tanto quanto o Executivo, cumpre o seu papel e ocupa os espaços de atuação no rumo da realização da Nova República. No caso, pode dar coluna do meio. Tanto os parlamentares se sentiram na obrigação de demonstrar trabalho, eficiência e ação em prol do interesse público, depois do pacote econômico, quanto pretendem recuperar o tempo perdido e demonstrar que não apenas no Palácio do Planalto buscam-se soluções para os problemas nacionais.

De uma forma ou de outra, importa notar que nos últimos quinze dias, a partir do anúncio da nova política econômica pelo governo, poucas vezes se articulou e planejou tanto no Congresso. Iniciativas antes amarradas e engavetadas por interesses de grupos ou de pessoas ganham a ordem do dia e não encontram resistência, mesmo trazendo prejuízos particulares para o conjunto. Assim, por exemplo, a revogação, próxima do privilégio que dispunham senadores e deputados de só pagar Imposto de Renda sobre um terço de seus vencimentos. A bancada do PMDB, reunida, resolveu enfrentar o problema de frente e está por dias a apresentação e votação, em regime de urgência, do projeto respectivo. Até pouco, os plenários faziam ouvidos de mercador quando um bissexto parlamentar discursava denunciando a malandragem vigente há mais de quinze anos. Ninguém queria pagar Imposto de Renda, como os vis mortais, podendo não pagar.

Diante da mobilização popular efetuada em torno do pacote, do esforço e do sacrifício demonstrado por toda a sociedade no combate à inflação, sob a liderança do Executivo, a concepção mudou. Botando a mão na consciência, a grande maioria chegou à conclusão de ser impossível manter o privilégio, pelo menos sem grave e maior desgaste de imagem.

Serão também atingidos os militares e os membros do Poder Judiciário, mas esse princípio da isonomia às avessas deverá ser aplicado. Ninguém mais, em todo o País, terá o privilégio de esconder-se do leão atrás do muro da excepcionalidade.

Mas não fica nisso a febre adorrável que grassa na Câmara e no Senado. Está acertada pelo PMDB, pelo PFL e até pelos partidos menores, por acordo das lideranças, a votação de projeto extinguindo a sublegenda para os senadores, bem como o antipático preceito de que os atuais senadores são candidatos natos e têm direito a registro obrigatório na tentativa de reeleger-se, não precisando disputar as convenções regionais de seus partidos. Agora, quem quiser disputar as eleições de novembro precisará suar a camisa e ganhar, primeiro, no âmbito partidário. Na mesma forma, a Constituição deverá ser reformada para o es-

tabelecimento da eleição em dois turnos para governador, já em novembro. O princípio foi adotado para as eleições presidenciais e, por analogia, precisará estender-se aos Estados, mas a decisão vinha sendo protelada em função de interesses menores.

Será atualizada a lei dos partidos políticos, todos esperam que o Executivo encaminhe projeto de nova Lei de Economia Popular, para votação em tempo recorde, em condições de valer ainda no auge da campanha contra os especuladores. Aditem-se também novas regras, bem mais draconianas, para punir os abusos do poder econômico nas campanhas eleitorais. Mesmo sabendo que boa parte se elege por conta de vultosos recursos, os congressistas parecem tomados da messiânica missão de corrigir e aprimorar as instituições, até cortando na própria carne. Dariam ao País a demonstração de que, assim como o presidente José Sarney, também eles passaram a colocar a causa pública como objetivo maior de comportamento. Dariam?

Os céticos não acreditam muito e, por isso, sugerem que seja tudo votado o mais depressa possível, em uma semana, antes que passe o período de abnegação e conscientização capaz de escoar rapidamente, levado pelo caudal dos interesses e pelas angústias da reeleição. Ela é ansiada por todos, mas só será possível para poucos. As previsões sugerem que 65 ou 70% dos atuais parlamentares não voltarão e a guerra em breve será de foice em quarto escuro.

Os otimistas, porém, vão adiante. Acreditam impossível, de agora em diante, o Congresso arcar com os ônus de situações e de medidas personalistas. A opinião pública, mobilizada, não só repudiará as tentativas futuras mas também passará a denunciar as existentes, podendo dar um troco de proporções memoráveis quando chegar o dia da eleição.

Seria hora de se pensar até em iniciativas mais avançadas, como a revisão das facilidades que uma parte do funcionalismo legislativo desfruta — precisamente os parentes e amigos de parlamentares por eles nomeados para não fazer nada. Ou, o que consistiria realmente em medida revolucionária, a votação de projeto levantando os impedimentos que já valem para quem não se desincompatibilizou de cargos públicos, com vistas às próximas eleições. Domicílio eleitoral, filiação partidária, desincompatibilizações — nada disso deveria valer para uma eleição singular como a de novembro, onde não se escolherá um Legislativo ordinário, mas os componentes da futura Assembléia Nacional Constituinte. Ela necessitaria ser o mais livre representativo e legítimo dos conclave nacionais das últimas décadas. Há muita gente com contribuição ímpar a dar, na Constituinte, mas já pega nas malhas da legislação minuciosa e casuística, impeditiva de candidaturas. Se a tarefa é dar ao País uma nova Constituição, os canais de participação precisariam ser desobstruídos ao máximo.